

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001727/2022  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/07/2022  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR031445/2022  
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.104466/2022-64  
DATA DO PROTOCOLO: 11/07/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB EMP SERV CONT ASS PER INF PESQ EMP PREST SERV, CNPJ n. 79.583.241/0001-60, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 76.684.828/0001-78, neste ato representado(a) por seu ;

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu ;

E

ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, CNPJ n. 76.436.849/0001-74, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:



### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2022 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, integrantes do 2º Grupo Empregados de Agentes Autônomos do Comercio, do Plano da CNTC e empregados das empresas de Arquitetura, Engenharia Consultiva e Aerofotogrametria do Estado do Paraná**, com abrangência territorial em PR.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS

Ficam assegurados os valores mínimos de remuneração para as seguintes funções:

Desenhistas Técnicos e Projetistas de Engenharia Civil - Aqueles que interpretam documentos de apoio, tais como plantas, projetos, croquis e normas, observando as características técnicas de desenho, elaboram os desenhos de arquitetura e engenharia civil utilizando softwares específicos, coletam e processam dados e aplicam normas técnicas ligadas à construção civil, podendo atualizar desenhos já existentes, definem formatos e escalas, enviam os desenhos para revisão, realizam cópias de segurança e disponibilizam os desenhos finais para áreas afins, sendo o piso no valor de R\$ 2.797,00 (Dois mil setecentos e noventa e sete reais) mensais.

Desenhistas de Cartografia - Aqueles que elaboram desenhos utilizando softwares específicos para desenho técnico, assim como podem executar plantas e desenhos cartográficos; coletam e processam dados, interpretam informações de geoprocessamento, analisam croquis e aplicam normas técnicas ligadas à geomática, podendo atualizar os desenhos de acordo com a legislação, sendo o piso no valor de R\$ 1.856,00 (Hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) mensais.

Laboratoristas – Aqueles que planejam o trabalho de laboratório, preparam vidrarias e materiais similares. Preparam soluções e equipamentos de medição e ensaios e analisam amostras de insumos e matérias-primas de solo e/ou asfalto. Organizam o trabalho conforme normas de segurança, saúde ocupacional e preservação ambiental, sendo o piso no valor de R\$1.856,00 (Hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) mensais.

Topógrafos e Operadores de Equipamentos – Aqueles que executam levantamentos geodésicos, por meio de levantamentos altimétricos e planimétricos; implantam, no campo, pontos de projeto, analisam documentos e informações cartográficas, coletando fotos terrestres e/ou fotos aéreas, imagens orbitais, cartas, mapas, plantas, identificando acidentes geométricos e pontos de apoio para georreferenciamento, coletando dados geométricos, sendo o valor do piso de R\$1.856,00 (Hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) mensais.

Cadastradores - Aqueles que aplicam questionários e roteiros/formulários de pesquisas, coletam e cadastram informações acerca de propriedades, realizam as atividades em campo e verificam a consistência das informações levantadas, sendo o valor do piso de R\$1.856,00 (Hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais) mensais.

Auxiliares Administrativos – Aqueles que executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam no atendimento a clientes internos em campo e na matriz, sendo o valor do piso de R\$1.212,00 (Hum mil duzentos e doze reais) mensais.

Auxiliares Técnicos – Aqueles que executam serviços de apoio nas áreas operacionais de campo, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam executando atividades de carregamento e manuseio de equipamentos, marcações de pontos de levantamentos de dados ou cadastramento em campo, sendo o valor do piso de R\$1.212,00 (Hum mil duzentos e doze reais) mensais.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os salários normativos acima correspondem à remuneração mensal, observada a duração semanal de trabalho ajustada neste Acordo.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos empregados no âmbito da representação do presente Acordo Coletivo de Trabalho, serão reajustados pelo valor resultante da aplicação do percentual acumulado de 10% (dez por cento) sobre os salários praticados no mês de Maio de 2021, em duas modalidades, conforme abaixo:

- Para salários até R\$4.000,00 mensais, reajuste de 10% na data base.

- Para salários superiores a R\$4.000,00 mensais, reajuste de 10%, dividido em duas etapas:

- 6% na data base
- 4% na competência de dezembro/2022

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Entende-se como salário de Maio de 2020 o salário reajustado de acordo com o Caput da Cláusula Quarta do Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2022.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os reajustes gerais, espontâneos e legais, abonos ou antecipações concedidos no período de 01 de Maio de 2021 a 30 de Abril de 2022, poderão ser compensados no reajuste salarial constante no Caput desta Cláusula, exceto as majorações salariais decorrentes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, mérito, transferência de cargo, função, equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado e aumento real, expressamente concedido a esse título.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

A empresa se compromete, sempre que possível, a efetuar o pagamento dos salários até o 5.º dia do mês subsequente ao vencido, excetuando-se dessa obrigatoriedade quando o 5.º dia recair em domingo, neste caso o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

### **CLÁUSULA SEXTA - ERRO NA FOLHA DE PAGAMENTO**

No caso de ocorrência inequívoca de diferença de salário, em prejuízo do empregado, na folha de pagamento ou adiantamento, a empresa se obriga a efetuar o pagamento da respectiva diferença no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data da constatação da diferença.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - SALÁRIO ADMISSÃO**

Será garantido ao empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato de emprego tenha sido rescindido sob qualquer forma, igual salário ao menor pago na função, sem considerar as vantagens pessoais.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Não se incluem na garantia do “Caput” as funções individualizadas, entendendo-se como tal aquelas que possuem um único empregado no seu exercício.

### **CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Serão fornecidos comprovantes de pagamento, especificando as verbas pagas, descontos efetuados e recolhimento do FGTS.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA NONA - DO DESCONTO POR DANO**

Fica estabelecido que nos casos de dano causado pelo empregado, decorrente de culpa ou dolo judicialmente comprovado, que causem prejuízo a empresa, e que possam ser devidamente quantificáveis, serão descontados em parcelas mensais não superiores a 20% (vinte por cento) do salário do causador.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

A todos os empregados abrangidos pela presente Convenção, que prestam serviços no trabalho noturno, deverá ser pago um adicional de 20% (vinte por cento) sobre a hora trabalhada, conforme o Art. 73 da CLT.

## **PRÊMIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - BONIFICAÇÃO**

A empresa pagará aos seus empregados, a título de bonificação, o valor correspondente à 30% do salário base de maio/2021, se o resultado operacional do período 2022, for igual ou inferior à 3%, mesmo que esta tenha tido prejuízo. Por outro lado, caso o resultado seja superior à 3%, até 5,9%, a bonificação será de 50% do salário base e, se alcançar ou ultrapassar 6%, o abono será de 100% do salário base.

**Parágrafo 1º** - Terá direito à bonificação apenas os colaboradores que exercerem atividades profissionais ao longo de todo período em que este Acordo estiver vigente. Aqueles que sejam admitidos ou desligados durante a vigência, não farão jus ao recebimento, mesmo que proporcional.

**Parágrafo 2º** - O pagamento da bonificação ocorrerá no máximo até a competência de fevereiro, pago no 5º dia útil de março.

**Parágrafo 3º** - Colaboradores de estruturas externas, dedicados única e exclusivamente a um contrato, não farão jus ao recebimento do abono.

## **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

Com o objetivo de conceder aos trabalhadores lucros e/ou resultados da empresa, como instrumento de integração e incentivo à produtividade, a empresa poderá firmar Acordos Coletivos com os Sindicatos dos Empregados, conforme prevê a Lei nº 10.101/2000, cujo pagamento somente será efetuado se as metas negociadas forem atingidas.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica convencionado que se a empresa que adotar o Programa de Participação nos Lucros e/ou resultados deverá obrigatoriamente firmar acordos coletivos com os sindicatos laborais SINDASPP e SENGE.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O PLR (Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados) poderá ser acordado, estabelecendo forma e critérios distintos para os trabalhadores administrativos e os operacionais.

## **AJUDA DE CUSTO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AJUDA DE CUSTO**

A empresa abrangida por este Acordo, pagará a título de ajuda de custo, para os trabalhadores na modalidade teletrabalho ou home-office, o valor de R\$440,00 (Quatrocentos e quarenta reais) mensais, para despesas de alimentação e demais necessidades como luz e internet, sem qualquer necessidade de prestação de contas. Sobre este valor não ensejará nenhum desconto ao colaborador.

## **AUXÍLIO HABITAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO HABITAÇÃO**

O auxílio habitação fornecido pela empresa aos seus empregados quando no desempenho de suas funções não terão qualquer natureza salarial, não se sujeitando a integração da remuneração, sob qualquer pretexto ou alegação.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

A empresa abrangida por este Acordo, desde que não possua restaurante ou fornecimento de refeições, fornecerá aos empregados auxílio alimentação através de Vale Refeição ou Vale Alimentação, conforme opção do colaborador, no valor diário de R\$ 28,00 (Vinte e oito reais) a partir de 01/05/2022, mantidas as condições mais favoráveis de distribuição e descontos vigentes.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

É facultado, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado à operação da empresa ou para facilidade dos empregados, o pagamento do Auxílio Alimentação mediante o fornecimento de cestas básicas composta de no mínimo 30 kg.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O benefício do auxílio alimentação pago em dinheiro tem caráter indenizatório para todos os fins e não se caracteriza, para todos os efeitos, como salário utilidade.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ**

Durante os primeiros quinze dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário, a partir do 16º (décimo sexto) dia o pagamento de qualquer benefício será de responsabilidade exclusiva do INSS.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A doença deverá ser comprovada mediante atestado médico conforme previsto no § 1º do Artigo 12 do Decreto nº 27.048 de 12/08/1949.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Se ocorrer o afastamento decorrente da mesma doença dentro de 60 (sessenta) dias após o primeiro afastamento, a empresa fica desobrigada do pagamento relativo aos quinze primeiros dias do segundo afastamento conforme previsto no § 3º do artigo 75 do Decreto nº 3048 de 06/05/1999.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO FUNERAL**

Ocorrendo o falecimento do empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, a empresa pagará a seus beneficiários definidos por Lei, a título de auxílio funeral importância igual ao seu último salário contratual, juntamente com as demais verbas rescisórias.

## **AUXÍLIO CRECHE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO CRECHE**

O reembolso-creche deverá cobrir, integralmente, as despesas efetuadas com o pagamento da creche de livre escolha da empregada-mãe, ou outra modalidade de prestação de serviços desta natureza, pelo menos até os seis meses de idade da criança, conforme comprovação de pagamento, sendo o crédito lançado em folha de pagamento, com reembolso até o 5º dia útil do mês subsequente em que ocorrer a quitação da mensalidade por parte da empregada-mãe.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPLEMENTAÇÃO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

A empresa complementarará, para recompor o valor dos salários de seus empregados afastados por acidente de trabalho, do 16º ao 195º dia, até o limite mensal do salário nominal percebido pelo empregado na época do afastamento, e até R\$. 5.000,00 (cinco mil reais), incluindo o auxílio INSS mais o complemento da empresa, no caso do salário nominal ser maior do que este valor.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Na ocorrência de mais de um afastamento na vigência deste Acordo, este benefício estará limitado ao máximo de 195 (cento e noventa e cinco) dias na sua totalidade.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Não sendo conhecido o valor básico da Previdência, a complementação será feita com base em valores estimados. Eventuais diferenças serão objeto de compensação no pagamento imediatamente posterior.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

O pagamento referido nesta Cláusula deverá ocorrer juntamente com os pagamentos dos salários dos demais empregados.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A complementação abrange, inclusive, o 13º salário.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO**

Nos termos do Art. 1.º, da Lei n.º 9.601 de 21 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n.º 2.490 de 04 de fevereiro de 1998, a empresa abrangida por este Acordo, poderá instituir o CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, enquanto este acordo firmado com os Sindicatos Profissionais Signatários, estiver em vigor.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE TELETRABALHO**

A empresa poderá instituir o contrato de teletrabalho ou home-office, desde que esteja de comum acordo com o trabalhador, podendo o mesmo comparecer à empresa, quando necessário, sem descaracterizar o trabalho remoto.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** o aditivo contratual para a modalidade presencial poderá ser efetivado, sempre que de comum acordo entre as partes.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO INTERMITENTE**

A empresa poderá instituir o contrato de trabalho na modalidade Intermitente, desde que esteja de comum acordo entre as partes, podendo o trabalhador permanecer em atividades laborativas por tempo determinado conforme a necessidade/demanda operacional da empresa, respeitando ao final do período, ao menos 3 dias úteis de inatividade, para poder receber uma nova convocação, conforme procedimento legal de 48h de antecedência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** não existirá período máximo para o exercício da função a cada convocação, sendo planejado conforme o prazo da prestação do serviço da empresa ao seu cliente, respeitando a duração legal da jornada de trabalho, assim como o devido descanso semanal remunerado. Ao final do período de convocação, considera-se o trabalhador intermitente apto à nova convocação, após o descanso de 3 dias úteis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** o pagamento salarial do trabalhador intermitente, quando do exercício mensal, será efetuado no 5º dia útil do mês subsequente à realização das atividades laborativas e, quando não completar 30 dias, será pago em até 48h úteis, após o encerramento das atividades.

## **PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A empresa, na medida de sua possibilidade, promoverá a admissão de pessoas com deficiência, em funções compatíveis, desde que devidamente habilitados conforme previsto no Art. 93 da Lei nº 8213/1991, inclusive tecnicamente com o empregado que venha a ser demitido.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - RECICLAGEM TECNOLÓGICA E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO**

A empresa proporcionará treinamento tecnológico para os profissionais da área técnica, entendendo-se como tal, a participação em cursos ministrados pela própria empresa ou terceiros, participação em seminários, congressos técnicos, ou eventos similares de interesse das empresas.

A empresa divulgará amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários, etc., incentivando a participação do seu corpo técnico.

A empresa incentivará intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica entre as empresas do setor de trabalho, como uma das formas de aperfeiçoamento profissional.

A empresa envidará esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica do quadro técnico e a transferência de conhecimento nas várias áreas da empresa.

Sempre que solicitados pelos empregados, por escrito, os cursos ministrados na empresa, fora do horário normal, não serão considerados como horário de trabalho.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REEMBOLSO DE DESPESAS DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL**

As despesas realizadas pelos empregados em cursos de especialização ou reciclagem profissional de seu interesse particular, afetos à função desempenhada pelo empregado na empresa, serão reembolsadas em até 100% (cem por cento) dos custos incorridos pelo empregado, desde que manifestado, por escrito, o interesse da empresa e previamente aprovado o custo estimado.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE MATERIAL**

A empresa fornecerá a seus empregados que desejarem, o material necessário ao desempenho de suas funções sempre que exigíveis ou indispensáveis a consecução dos serviços.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - APOSENTADORIA ESTABILIDADE**

Aos empregados que estiverem a um máximo de 12 meses da aquisição do direito à aposentadoria integral por tempo de serviço e que, tenham no mínimo 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço na empresa, fica assegurado a garantia de emprego durante o período que falta a aposentadoria, ressalvado a dispensa por justa causa, desde que, enquanto mantido o vínculo empregatício, tenham declarado previamente por escrito, e comprovado esta condição junto à área de Recursos Humanos, sendo que adquirido este direito, cessa a estabilidade.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - EMISSÃO DE LAUDO DE INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE PARA APOSENTADORIA**

A empresa entregará ao empregado, quando por este solicitado, uma cópia do laudo de insalubridade/periculosidade existente, bem como preencher o formulário para a aposentadoria especial, para fins de comprovação junto ao instituto previdenciário.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSISTÊNCIA MÉDICA - ODONTOLÓGICA**

Fica acordado que, a empresa manterá convênios para assistência médica e odontológica aos seus empregados e dependentes, sem ônus para a empresa.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PREENCHIMENTOS DE FORMULÁRIOS PARA A PREVIDÊNCIA**

A empresa deverá preencher a documentação exigida pelo INSS quando solicitada pelo empregado e fornecê-la obedecendo aos seguintes prazos:

- A - Para fins de obtenção de auxílio doença: 5 (cinco) dias úteis;
- B - Para fins de obtenção de aposentadoria: 10 (dez) dias úteis;
- C - Para fins de obtenção de aposentadoria especial: 15 (quinze) dias úteis.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Todos os serviços e obras de engenharia e arquitetura serão executados mediante prévia anotação/registro de responsabilidade técnica, de conformidade com as normas legais, devidamente registradas no CREA - PR, bem



como o exercício de cargos e funções, sendo os custos cobertos pela empregadora.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A empresa se obriga a efetuar o recolhimento da A.R.T. prevista na Lei 6.469 de 1977 e na Lei nº 12.378 de 2010, respectivamente, para os projetos e estudos contratados, indicando ao menos um responsável técnico por especialidade envolvida no projeto ou estudo.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DURAÇÃO DO TRABALHO SEMANAL**

A empresa manterá, sem redução dos salários, jornada real de trabalho cuja duração será de até 41:30 (quarenta e uma hora e trinta minutos) por semana quando trabalhando exclusivamente em sua Matriz ou na modalidade de Home-Office. Enquanto que, para o pessoal que presentemente trabalha ou venha a trabalhar em obras ou escritórios de campo, independente da localização da cidade, prevalecerão as condições de jornada previstas na Legislação Ordinária vigente à época.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A empresa poderá adotar o de controle de jornada, independente se o trabalho for executado na Matriz, em Obras ou em Home-Office, através de sistema de ponto eletrônico online, desde que devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho. Em casos extraordinários, serão considerados preenchimentos de ponto manual.

## **PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA**

Serão consideradas como horas extraordinárias aquelas prestadas pelos empregados em número excedente ao previsto na Cláusula Vigésima Nona, as quais serão remuneradas, no mínimo, com o adicional de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor da hora normal.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As horas extraordinárias prestadas pelos empregados atingidos pelo presente Acordo serão aquelas prestadas além dos limites estabelecidos neste ajuste, relativamente à duração semanal de trabalho nele especificada, valendo como acordo de compensação, inclusive para mulheres, pela redução ou supressão de trabalho aos sábados e o correspondente acréscimo de jornada nos dias compreendidos entre 2.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> feira, as disposições contidas neste Acordo.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na hipótese de prestação de jornada extraordinária em domingos, feriados ou dias já compensados, exceto quando concedida a folga compensatória, as horas trabalhadas estarão igualmente, sujeitas ao adicional de 50% (cinquenta por cento), além do pagamento da jornada de folga.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Deverá ser observado pela Empresa o limite máximo de que trata o Art. 59 da CLT.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

O pagamento (ou desconto) das horas extras (ou horas de ausência) será feito respeitando o valor de salário do mês em que o pagamento (ou desconto) estiver sendo efetuado.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Caso os empregados lotados nos escritórios das empresas, venham executar serviços eventuais nos locais de campo/obra, perceberão, como horas extraordinárias, quaisquer acréscimos havidos na sua jornada de trabalho pelo tempo em que permanecerem no campo/obra.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHO EXTRAORDINÁRIO E ALIMENTAÇÃO**

Os empregados que, em regime de trabalho extraordinário, ultrapassarem as 19:00 (dezenove) horas, farão jus a refeição fornecida pelo empregador ou a um pagamento equivalente de no mínimo R\$ 28,00 (Vinte e oito reais) desde que o período de trabalho seja no mínimo de 3 (três) horas.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica acordado entre as partes, a possibilidade que em casos de notório conhecimento público de crise econômica marcada pela sua instabilidade, recessão, hiperinflação ou pela inadimplência dos órgãos de Governo, pertinentes aos compromissos contratuais assumidos com a empresa signatária deste, e respectivos reajustamentos, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, poder-se-á adotar como medida preventiva e mantenedora do nível de empregos, a redução da jornada de trabalho, de forma setorial ou global dentro da empresa, tudo em conformidade com as suas peculiaridades.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Tal redução se dará através de acordos específicos firmados com os Sindicatos Profissionais Signatários, salvo ocorrência de sua omissão comprovada, caso em que a Empresa poderá firmar acordo para redução da jornada de trabalho e consequente redução de salários compatível com o número de horas trabalhadas, diretamente com seus funcionários.

### **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - COMPENSAÇÃO DE FERIADOS**

A empresa e empregados (maiores) abrangidos por este Acordo poderão, a seu arbítrio, estipular acordos de compensação de horas objetivando a dispensa do trabalho nos dias úteis entre feriados e dias santificados, sempre resguardando o interesse das partes.

### **INTERVALOS PARA DESCANSO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PERMANÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO**

A empregadora permitirá aos seus empregados, nos períodos de refeições e descansos, a permanência no recinto do estabelecimento, devendo manter local apropriado para refeição, não sendo computado tal período como horário de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ELASTECIMENTO DO INTERVALO ENTRE JORNADA**

O intervalo intrajornada dos trabalhadores abrangidos pelo presente ACT, poderá ser elástico por até 1 (uma) hora, chegando ao total de 3 (três) horas, em até 3 (três) eventos por mês, mediante prévio requerimento e autorização do empregador.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ABONO DE FALTAS**

Haverá abono das faltas dos profissionais empregados, marido e/ou mulher, quando estes tiverem que se ausentar do trabalho para acompanhar os filhos menores, para atendimento/tratamento médico, devidamente comprovado mediante atestado médico.

## **TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TURNO DE REVEZAMENTO**

Fica instituída a implantação de jornada de trabalho em turnos de revezamento, especialmente as escalas conhecidas por 12x36 (doze horas trabalhadas e trinta e seis horas de descanso), 12 x 24 (doze horas trabalhadas e vinte e quatro horas de descanso) 24x48 (vinte e quatro horas trabalhadas e quarenta e oito horas de descanso), 24 x 72 (vinte e quatro horas de trabalho e setenta e duas horas de descanso) sendo certo que outras escalas poderão ser utilizadas, desde que atendam os dispositivos desta Convenção e da lei.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica convencionado que, quando da sujeição ao regime de turnos de trabalho de 12 (doze) horas, aonde o excesso de horário da semana é compensado pela redução na semana seguinte, somente as horas prestadas além das horas semanais previstas nesta convenção serão remuneradas como extraordinárias.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Não se aplica aos trabalhadores abrangidos pelo presente Acordo Coletivo, o regime de trabalho previsto na Lei nº 5811/72 de 11/10/1972.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS PARCELADAS**

As férias serão concedidas por ato do empregador, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, podendo ser parcelada em até 3 (três) períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e, os demais, não poderão ser inferiores à 5 (cinco) dias corridos, cada um.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Fica a empresa vedada a conceder o início das férias, única e exclusivamente, em dias de repouso semanal remunerado e/ou feriados.

## **REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que contar com menos de 12 (doze) meses e mais de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho na empresa, e que espontaneamente rescindir seu contrato de trabalho, será garantido o pagamento de férias proporcionais ao período trabalhado na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

## **LICENÇA MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA GESTANTE/PATERNIDADE**

Será concedida licença de 120 (cento e vinte) dias, conforme a Constituição Federal, às profissionais empregadas gestantes, e aos empregados, licença paternidade de 5 (cinco) dias nos termos da Instrução Normativa (MTB/SRT 01/88).

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS**

A empresa se compromete a efetuar estudos juntamente com os Sindicatos Profissionais, no sentido da prevenção quanto à dependência química (álcool, drogas, etc.), por serem consideradas doenças segundo a OMS- Organização Mundial da Saúde, bem como fornecerão as Empresas os meios para tratamento adequado e especializado.

### **EXAMES MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - EXAMES LABORATORIAIS**

O empregado será dispensado do trabalho, no caso de existir a necessidade de submeter-se a exames laboratoriais, pelo tempo necessário à realização dos exames, mediante a respectiva comprovação posterior.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES RELATIVAS A SAÚDE OCUPACIONAL**

A empresa deverá cumprir rigorosamente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho para prevenção de Acidentes e preservação da saúde dos trabalhadores, deixando a disposição dos Sindicatos Laborais os Programas PCMSO, PPRA e PCMAT, devendo exibí-los quando solicitados.

## **RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SINDICALIZAÇÃO DOS EMPREGADOS**

Será favorecida a sindicalização dos empregados, com a concessão de espaço físico por 2 (dois) dias/ano para que os diretores dos Sindicatos dos Trabalhadores possam sindicalizar os seus empregados.

## **ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PUBLICIDADE**

Serão mantidas afixadas, em quadros de aviso visíveis a todos os empregados, cópias do presente Acordo Coletiva durante todo o seu período de vigência. Todos os comunicados dos Sindicatos dos Trabalhadores deverão ser afixados ao mesmo quadro.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DISPENSA DE DIRETORES SINDICAIS**

Fica assegurado aos diretores sindicais não licenciados a dispensa, em 10 (dez) dias corridos ou 12 (doze) dias alternados por ano, para que possam participar das reuniões, mediante ofício dos Sindicatos dos Trabalhadores

encaminhando o calendário para as empresas. Fica igualmente liberado, até 2 (dois) dias/mês, um dos dirigentes sindicais, com a finalidade de distribuir avisos e/ou boletins do Sindicato, de interesse da categoria, dentro do recinto da empresa onde os mesmos estiverem lotados.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - SINDASPP**

Será pago a título de Contribuição Negocial ao SINDASPP, o valor de R\$ 7.500,00 em duas vezes, R\$ 3.750,00 em 10 de AGOSTO de 2022 e R\$ 3.750,00 em 10 de SETEMBRO de 2022, através de emissão de guias.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL - SENGE**

Será pago a título de Contribuição Negocial ao SENGE, o valor de R\$ 1.700,00 em 10 de SETEMBRO de 2022, através de depósito bancário na conta da entidade.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICADO DOS SINDICATOS**

A empresa colocará a disposição dos sindicatos signatários, local apropriado e acessível aos trabalhadores para a fixação de comunicados oficiais quando dirigidos aos empregados.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A empresa, quando solicitado, colocará local à disposição dos sindicatos da categoria, para que seus funcionários, após o expediente de trabalho, sejam comunicados sobre assuntos de interesse da classe.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ABERTURA DE NEGOCIAÇÕES PARA REVISÃO E RENOVAÇÃO DO TERMO**

Os celebrantes se comprometem a antecipar o início das negociações coletivas, visando a revisão e renovação do Acordo Coletivo para o período de 2019/2020, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 60 (sessenta) dias, antes do término de validade deste instrumento, em 30 de abril de 2020.

E por estarem justos e acertados, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes acordantes o presente Acordo Coletivo em suas 04 (quatro vias, requerendo sua Homologação pela Delegacia Regional do Trabalho DRT-PR.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO**

Fica estabelecido que caso o empregado assim desejar, poderão as homologações das rescisões de contrato de trabalho ser efetuadas junto às entidades sindicais laborais.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Se, no ato homologatório verificar-se a existência de pequenas incorreções, ficará a empresa desobrigada do pagamento das multas previstas neste Acordo e no § 8º do artigo 477 da CLT, facultando-lhe o pagamento das diferenças no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de, não o fazendo, tornar válida a homologação, tão somente em relação aos valores pagos ao empregado.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A empresa deverá apresentar todos os documentos necessários ao ato de homologação conforme disposto na Instrução Normativa SRT nº 15, de 14/07/2010.

**IVO PETRY SOBRINHO  
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA  
SIND TRAB EMP SERV CONT ASS PER INF PESQ EMP PREST SERV**

**LEANDRO JOSE GRASSMANN  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANA**

**MURILO ZANELLO MILLEO  
TESOUREIRO  
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E  
EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA**

**ROBERTO COSTA  
DIRETOR  
ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA**

## **ANEXOS ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

